



VIII SIMPOSIO
de Excelência
em Gestão e Tecnologia



Formação para o Trabalho: Reflexões sobre Críticas a Graduação Tecnológica no Brasil

Prof. Dra. Maria Margarida Limena
mmlimena@uol.com.br
PUCSP

Profa. Ms. Anna Cristina Pascual Ramos
annapascual2009@hotmail.com
PUCSP

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as críticas ao crescimento da modalidade de graduação tecnológica no Brasil. O objetivo é ressaltar a importância do tema, sinalizar a relevância da discussão sobre a modalidade de ensino e refletir mais profundamente sobre as críticas preliminares desta modalidade de ensino. Entre as perspectivas discutidas, estão: a hiper valorização das modalidades e cursos tradicionais, o tempo de duração dos cursos superiores, o atendimento ao modelo econômico vigente e a formação integral do estudante.

Palavras Chave: graduação - tecnológica - formação - trabalho -

1 INTRODUÇÃO

A formação para o trabalho não é um tema novo no Brasil. Desde a década de 1960, o país discute a formação para o trabalho no nível superior. A partir de 1996, com a nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o assunto é pauta novamente.

As reflexões procuram questionar afirmações reducionistas que alegam ser o crescimento da graduação tecnológica no Brasil “um fenômeno, em última análise, modalidade de graduação que reproduziria, na esfera do ensino superior, o dualismo educacional que expressa historicamente o caráter de classe da escola capitalista, além de manifestar o rebaixamento de caráter imediatista e pragmático a que vem sendo submetido o ensino em geral, e o ensino superior em particular” (Santos e Jiménez, 2009, p. 2).

A questão se apresenta como “nova” e os críticos parecerem defender que o crescimento dos cursos tecnológicos em nível superior é fruto das políticas públicas para formação superior em menos tempo, o que implicaria na transferência da responsabilidade para a escola privada, redução de orçamento para a educação, atendimento a demanda do capital, ausência de compromisso com a formação integral do estudante.

O trabalho procura ressaltar a contemporaneidade do tema, a relevância da discussão e a ambivalência dos argumentos utilizados para oposição ao crescimento da graduação tecnológica, como modalidade de educação no Brasil.

Os indicadores de crescimento, assim como, a importância do tema para o cenário da educação brasileira são abordados no capítulo 2 do trabalho. A ambivalência de posições sobre o crescimento da graduação tecnológica no país foi discutida no capítulo 3. As considerações finais do trabalho sintetizam a caracterização de discursos muito mais impregnados de ideologias repetidamente reproduzidas, do que contribuições efetivas à crítica da modalidade de ensino que se destaca.

2 A EVOLUÇÃO DA GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL

O Ministério da Educação – MEC recupera a história da educação tecnológica ou para o trabalho, quando registra que em 1909, o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou dezenove escolas de Aprendizes Artífes que, mais tarde, deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica – CEFETs (MEC, 2009).

A partir de 1980, um novo cenário: econômico, tecnológico e produtivo, especialmente na prestação de serviços, se estabeleceu, desde então, as políticas públicas têm favorecido a educação para o trabalho e muitas destas políticas foram criadas para atendimento das demandas por esta formação.

As concepções defendidas pelo governo brasileiro para formulação das políticas públicas para o ensino profissionalizante são de que a educação para o trabalho não pode estar desvinculada de um projeto social mais amplo e por este motivo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996, coadunadas por decretos e portarias posteriores, evidenciam medidas articuladas com as políticas públicas para a educação profissional.

Os órgãos governamentais brasileiros argumentam que tais políticas públicas estão alicerçadas na integração da educação com o mundo do trabalho, com outras políticas públicas, com a própria LDB e com a necessidade de reestruturar o sistema público de ensino, valorizando inclusive a formação dos profissionais que atuam na educação profissional e tecnológica.

As políticas públicas de educação superior têm favorecido a educação profissional no país, as metas procuram preparar os trabalhadores ou futuros profissionais para enfrentar o mundo do trabalho sem, no entanto, restringir sua atuação a simples instrumentalização ou técnica. Segundo o MEC, é necessário que tais políticas que tiveram origem nas demandas sociais atendam as necessidades e carências da sociedade, trazendo resultados efetivos para o desenvolvimento social dos cidadãos, no âmbito do social, político, econômico, cultural e produtivo.

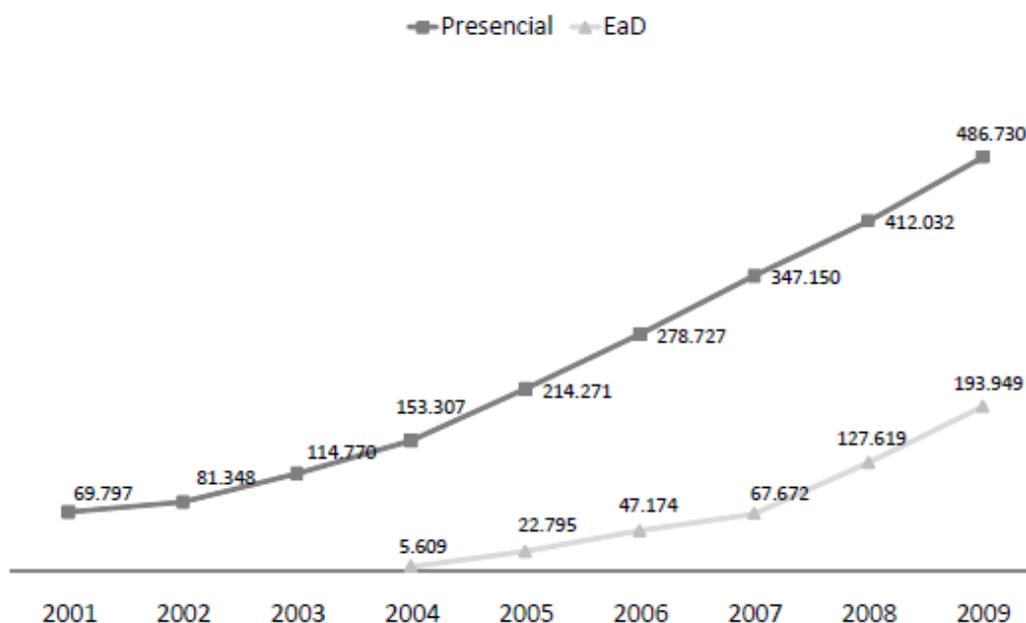
O Resumo Técnico do Censo da Educação Superior em 2009 destaca a evolução das matrículas nos Cursos Superiores de Graduação Tecnológica, modalidade de ensino caracterizada pela formação profissional no nível superior. Em 2009 esta modalidade de ensino representou 11,4% do total de matrículas no Ensino Superior.

Em 2001, as matrículas nesta modalidade eram da ordem de 69.797 estudantes. Em 2009, o número foi de 680.679 matriculados. O crescimento registrado no período é de mais de 975% no número de matrículas na modalidade.

A evolução das matrículas sinaliza a importância da discussão sobre as modalidades de ensino no Brasil e as implicações de cada um destes modelos.

O gráfico abaixo resume a evolução do número de matrículas na Graduação Tecnológica no Brasil, no período de 2001 a 2009.

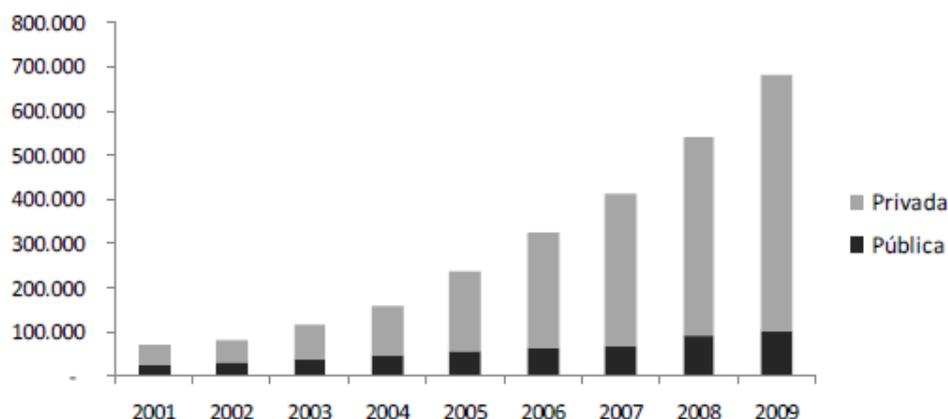
Gráfico 1 – Evolução do Número de Matrículas na Graduação Tecnológica



Fonte: Resumo Técnico do Censo da Educação Superior - 2009

As IES – Instituições de Ensino Superior privadas são responsáveis por mais de 90% da oferta de Cursos Superiores de Tecnologia. O gráfico 2 demonstra a participação das escolas privadas e públicas no número de matrículas desta modalidade.

Gráfico 2 – Evolução do Número de Matrículas na Graduação Tecnológica por tipo de IES – Pública ou Privada



Fonte: Resumo Técnico do Censo da Educação Superior - 2009

Enquanto o Ensino Superior nas modalidades tradicionais, Bacharelado e Licenciatura, cresceram aproximadamente 188% no período de 2001 a 2009, a modalidade de graduação tecnológica cresceu 975% no mesmo período.

Os gráficos sinalizam a relevância da discussão deste modelo de ensino superior. Nos últimos dez anos, mais que a oferta destes cursos, as políticas públicas e investimentos no setor privado, atraíram a captação de alunos para tais cursos.

Na esfera pública a expansão da rede federal de educação profissional, programas para profissionalização no nível médio e superior, escolas técnicas, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica para Jovens e Adultos (PROEJA), entre outras ações, caracterizam o direcionamento das políticas públicas neste sentido.

2 ANÁLISE DAS CRÍTICAS A GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA

Segundo Bauman (1999, p. 270), como sempre ocorre com a condição humana, notoriamente ambivalente ou multifinal, os ganhos são

simultaneamente perdas e o que empresta força e atração, também é fonte de fraqueza e vulnerabilidade.

Neste sentido, as críticas mais comuns ao crescimento da Graduação Tecnológica no Brasil caracterizam a ambivalência de seus argumentos: redução do tempo de integralização dos cursos, atendimento as demandas do capital ou sistema econômico vigente, a transferência da modalidade para a escola privada e a falta de compromisso com a formação integral do estudante.

Souza e Jiménez (2009, p. 15), afirmam que a implicação mais patente desse fenômeno no campo educacional é, sem dúvida, a intensificação cerrada do caráter mercantil do ensino, tanto no que diz respeito à ampliação do mercado da educação, como no sentido do atrelamento da formação profissional às estritas demandas deste último.

As críticas nos remetem mais a avaliação do modelo econômico predominante do que propriamente as características desta modalidade de ensino. Segundo Rouanet (p. 11) há uma grande descrença com relação ao sistema econômico predominante. O capitalismo é vivido como gerador de desemprego e de exploração, o socialismo fracassou em suas promessas de eliminar a injustiça social e de promover abundância, e ambos se revelaram ecologicamente predatórios. A modalidade de ensino não necessariamente favorece o sistema econômico predominante, mas a construção de suas bases ou diretrizes e mesmo seu projeto pedagógico é que caracterizam as influências políticas, econômicas e sociais que impactam no perfil do egresso.

Conforme Morin (1999, p. 29), a nossa relação com o mundo exterior passa não só pela informação, mas também pelos nossos sistemas de ideais, que recebem, filtram e triam o que nos fornece a mídia. Quando não temos opinião formada ou preconceito prévio, somos extremamente abertos às informações. Quando não possuímos estrutura mental ou ideológica capaz de assimilar ou inscrever, a informação transforma-se em ruídos. Em contrapartida, quando dispomos de idéias firmes e definitivas, somos muito acolhedores para todas as informações que confirmem, mas muitíssimo desconfiados para com as que as contrariem.

A visão do autor reforça que temos dificuldades em assimilar informações que nos contrariem ou que desafiem nossos preconceitos. A

oposição ao modelo econômico vigente distancia a análise mais apurada do modelo dos Cursos de Graduação Tecnológica, cujas diretrizes nacionais não divergem em muito da Graduação na modalidade Bacharelado.

Segundo a legislação vigente, o curso superior de tecnologia deve contemplar a formação de um profissional “apto a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional”, e deve ter formação específica para: aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica; difusão de tecnologias; gestão de processos de produção de bens e serviços; desenvolvimento da capacidade empreendedora; manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho; e desenvolvimento no contexto das respectivas áreas profissionais.

A análise das diretrizes dos cursos de Bacharelado em Administração, denominado curso tradicional e que representam uma fatia significativa dos egressos do Ensino Superior no Brasil, não diverge em muito da proposta dos Cursos de Graduação Tecnológica. Conforme legislação vigente, para o curso de Administração: “Os cursos de graduação de Administração devem formar profissionais que revelem, pelo menos, as seguintes competências e habilidades: reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão” (DCNs - Administração, 2002).

No que diz respeito a formação em menos tempo, os Cursos de Graduação Tecnológica se integralizam a partir de 2 anos. Para alguns cursos a integralização é de até 4 anos, o que não diverge da maior parte dos bacharelados e licenciaturas (formação de professor) que duram na sua maioria entre 3 e 4 anos.

Segundo Rouanet (1993, p. 22) generalizando o acesso à escola, as sociedades liberal-capitalista difundiram mais que qualquer outro período da história as oportunidades para que todos alcançassem o estágio da razão humana. O autor, em seguida, questiona-se sobre o alcance do ideal da autonomia intelectual a partir desta afirmativa. A alegação de que somente os cursos de graduação de longa duração poderiam atender integralmente a

formação do estudante é frágil e não assegura a formação intelectual ou mesmo a contribuição social a partir do tempo de permanência na escola.

Neste sentido, o tempo não diz muito a respeito da integralidade na formação. No caso da formação de professor, a média do tempo de integralização dos cursos é de 3 anos, média em que os cursos de Graduação Tecnológica também se integralizam. É necessário considerar que não foram apresentadas evidências, de que, o tempo de permanência cursando o ensino superior está diretamente ligado a produtividade intelectual e social do egresso.

A transferência da responsabilidade para a escola privada e conseqüente redução do orçamento na educação, é outro argumento repleto de ambivalências. A IES privada no Brasil é responsável por 89,4% das vagas de ensino superior no Brasil, o que significa que a evolução da oferta de Ensino Superior no Brasil é absorvida, em grande medida, pela iniciativa privada. A responsabilidade de transferência para iniciativa privada do ensino no Brasil não é própria da Graduação Tecnológica, mas das características da política de educação no Brasil.

As diretrizes para Cursos Superiores de Tecnologia reforçam que os cursos de Graduação Tecnológica devem ser concebidos como um processo de construção social que permita a educação em bases científicas, ético e políticas e socialmente produtivas.

Outro aspecto ambivalente das críticas ao crescimento da graduação tecnológica no Brasil parece partir da hiper valorização das profissões tradicionais e do diploma de ensino superior. O relatório do INEP 2009 destaca que quase metade do número de matrículas o ensino superior concentra-se nos cursos de Administração, Pedagogia, Direito e Engenharia.

A Graduação Tecnológica tem apresentado cursos pouco convencionais e que possibilitam a o ingresso em novos ramos do mercado de trabalho, como os cursos nas áreas de hospitalidade e lazer, ambiental, produção alimentícia e produção cultural e design.

Segundo Bauman (1999, p. 290), a diversidade prospera e o mercado prospera com ela. Mais precisamente, só se permite prosperar a diversidade que beneficia o mercado. O mercado abomina a autogestão e a autonomia e como antes, é preciso batalhar pela autonomia se quisermos que a diversidade

signifique mais do que a variedade de estilos de vida negociáveis. Deve-se lutar acima de tudo pelo direito de assegurar a diversidade comunitária e não individual, uma diversidade que deriva de uma forma de vida comunitariamente escolhida e servida.

A perspectiva do autor se aplica tanto na escolha de profissões tradicionalistas e de origem elitista no Brasil, como no caso do Direito e Engenharia, como as novas profissões oportunizadas pelos cursos de Graduação Tecnológica. Neste sentido a diversidade dos cursos e profissões é assegurada a medida que se escolhe e serve a comunidade. A possibilidade de escolha e responsabilidade no exercício da profissão é que asseguram a diversidade e o atendimento às demandas sociais.

CONSIDERAÇÕES

Segundo Morin (1999, p. 57), se a ciência física e a ciência biológica exigem um pensamento cada vez mais complexo, a ciência da sociedade humana necessita de uma complexidade ainda maior.

Ao sumarizar as críticas aos Cursos Superiores de Tecnologia, observamos que: a redução do tempo de integralização dos cursos não significa necessariamente baixa qualidade ou formação fragmentada, visto que não foram apresentadas quaisquer evidências do desempenho dos egressos no contexto social, política e econômico; o atendimento as demandas do capital ou sistema econômico vigente não se apresentam como características exclusivas da modalidade, a crítica relacionada é mais um repúdio ao sistema que uma análise da proposta do modelo; a transferência da modalidade para a escola privada também se caracteriza no modelo de educação brasileiro e não especificamente na Graduação Tecnológica; e a falta de compromisso com a formação integral do estudante não está amparada em qualquer análise das diretrizes nacionais ou projetos pedagógicos destes cursos.

As críticas mais apressadas a respeito da evolução dos Cursos Superiores de Tecnologia desconsideram fatores como: o impacto da contribuição dos egressos do ensino superior no meio político, econômico e social; o surgimento de novos ramos no mercado de trabalho; a inserção social

daqueles que não escolhem a formação nas profissões convencionais; a realidade, contexto e demandas sociais regionais; convergências e divergências das demais modalidades de ensino; a inserção no mercado de trabalho oportunizada por uma formação mais rápida e específica; os indicadores internacionais das modalidades de formação superior; e a análise e contextualização do projeto pedagógico do curso, independente de sua modalidade de ensino.

As críticas mais comuns a evolução dos Cursos Superiores de Graduação Tecnológica, estão ancoradas em informações preliminares, estudos superficiais e mesmo preconceitos a partir da formação tradicional no Ensino Superior brasileiro.

Conforme Harvey (2001, p. 299), vejamos os conhecimentos construídos mais a partir do modelo das complexas ecologias entrelaçadas, constituídas por processos e partes distintivas que se alimentam dinamicamente umas às outras, de maneira que, com freqüência, envolvem confusões e contradições.

A pesquisa consistente e que considere especialmente, o impacto social do crescimento desta modalidade de ensino no cenário nacional, poderia contribuir para a compreensão e mesmo a construção de políticas sociais que favoreçam o a educação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – 2009. Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2009. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, INEP, 2009.

DCNs. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. MEC, Brasília, 2002.

BAUMAN, Zigmunt, Modernidade Líquida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001. Tradução de Plínio Dzentien.

BAUMAN, Zigmunt, Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Tradução de Marcus Penchel.

MORIN, Edgar. As grandes questões do nosso tempo. Lisboa, Notícias Editorial, 1999.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo, Edições Loyola, 2004. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

ROUANET, Sergio Paulo. Mal-estar na modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Derivaldo Gomes e JIMÉNEZ, Susana Vasconcelos Jiménez. Graduação Tecnológica no Brasil: Aproximações críticas preliminares. Revista Linhas Críticas, Brasília, v. 15, n. 28, p. 171-185, jan./jun. 2009. ISSN 1981-0431.